

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO / SINGULARIDADES

RAQUEL MAGALHÃES COELHO

CAMINHOS PARA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

São Paulo
2017

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO / SINGULARIDADES

RAQUEL MAGALHÃES COELHO

CAMINHOS PARA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Infância, educação e desenvolvimento social, do Instituto Singularidades, sob a orientação da Professora Especialista Natacha Costa.

**São Paulo
2017**

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Fernando, que desde o começo foi minha fortaleza e meu porto seguro, por todo seu apoio e confiança em mim.

Aos meus pais, que não hesitaram em aceitar minha escolha, estiveram sempre comigo e me possibilitaram passar por este processo de transformação.

À minha orientadora Natacha, por me inspirar durante esta trajetória na educação.

Aos novos amigos que se abriram e me permitiram entender suas práticas: Dona Êda, Ana Elisa, Braz, Ivan, Denis e Caio.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar, analisar e compreender as práticas desenvolvidas por cinco escolas para a efetivação de uma educação democrática, a partir de cinco eixos: os espaços de diálogo e escuta; a participação efetiva dos alunos; a mediação de conflitos; as deliberações coletivas; e a autonomia na construção do conhecimento. Não há aqui a pretensão de estabelecer um caminho ideal para a implementação destas práticas, mas sim inspirar e instigar educadores e escolas a buscarem a sua própria construção, levando-se em consideração o contexto e envolvendo a comunidade escolar na elaboração de uma proposta educacional guiada por um processo de constante ação-reflexão-ação. Não existe uma fórmula pronta e mágica, mas, definitivamente, existem valores que são fundamentais para o desenvolvimento de práticas democráticas na educação.

ABSTRACT

The overall purpose of this work is to present, analyze and understand practices developed by five schools towards the effectiveness of democratic education, based on five axes: the places for dialogue and listening; the effective participation of students; mediation of conflicts; collective deliberations; and autonomy in the construction of knowledge. There is no intent herein of establishing an ideal path for the implementation of these practices, but rather of inspiring and instigating educators and schools to seek their own construction, taking into account the context and involving the school community in the elaboration of a guided educational proposal by a process of constant action-reflection-action. There is no magical formula, but there are definitely values that are fundamental to the development of democratic practices in education.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar, analizar y comprender las prácticas desarrolladas por cinco escuelas para la efectivización de una educación democrática, a partir de cinco ejes: los espacios de diálogo y escucha; la participación efectiva de los alumnos; la mediación de los conflictos; las deliberaciones colectivas; y la autonomía en la construcción del conocimiento. No hay aquí la pretensión de establecer un camino ideal para la implementación de estas prácticas, sino inspirar e instigar a los educadores y las escuelas a buscar su propia construcción, teniendo en cuenta el contexto e involucrando a la comunidad escolar en la elaboración de una propuesta educativa guiada por un proceso de constante acción-reflexión-acción. No existe una fórmula lista y mágica. Pero, definitivamente, existen valores que son fundamentales para el desarrollo de prácticas democráticas en la educación.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF — CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CIEJA — CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMEF — ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL

PNE — PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PPP — PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

LDB — LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA - CONTEXTUALIZAÇÃO	13
3. APRESENTAÇÃO DAS ESCOLAS	16
3.1 Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos - CIEJA Campo Limpo.....	16
3.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Salles.....	17
3.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima.....	18
3.4 Escola Politeia	20
3.5 Colégio Viver	20
4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO DIA A DIA.....	22
4.1 Espaços de diálogo e escuta	22
4.2 Participação Efetiva dos alunos.....	23
4.3 Mediação de conflitos	24
4.4 Deliberações coletivas.....	25
4.5 Autonomia na construção do conhecimento	28
5. PRINCIPAIS BARREIRAS	33
6. CONCLUSÃO	36
7. REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 diz, no seu artigo 205, "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). No artigo seguinte, no inciso VI, aponta a gestão democrática do ensino público como um dos princípios básicos da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e o Plano Nacional da Educação, de 2014, também deixam claro, do ponto de vista legal, a importância da Gestão Democrática na educação, ainda que não especifiquem o que caracteriza essa prática.

No plano prático, desde antes da própria CF de 1988 alguns estados e municípios já possuíam regulamentações que visavam a gestão democrática das escolas públicas. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui desde 1985 a Lei Complementar nº 444 que estabelece o Conselho de Escola como uma das instâncias democráticas representativas obrigatórias em todas as escolas da rede. (SÃO PAULO, 1985)

Sendo a democracia um princípio básico da nossa sociedade, conforme passagem da nossa Constituição ("A República Federativa do Brasil, (...) constitui-se em Estado Democrático de Direito") (Brasil, 1988), e o preparo para o exercício da cidadania uma das finalidades da educação, é dever da escola desenvolver junto aos estudantes a capacidade de se viver na democracia e de exercê-la. Para isso as escolas devem buscar a coerência entre os pilares democráticos e a prática educativa.

A democracia como princípio da nossa sociedade já é, por si só, razão suficiente para que as escolas exerçam práticas democráticas, preparando assim sua comunidade para o exercício da democracia também fora da escola. Além disso, em um sistema educacional com a dimensão do brasileiro, não há forma de verificar a efetividade do ensino de maneira centralizada. Segundo o Plano Nacional de Educação,

(...) não pode uma sociedade democrática e participativa acomodar-se a uma visão paternalista do Estado, do qual se espera a resolução de todos os seus problemas. Só através do envolvimento direto terá a comunidade condições efetivas de fiscalizar e cobrar as ações necessárias que cabem ao Poder Público. (BRASIL, 2014, pg 32)

Entretanto, apesar de amplamente amparadas por lei, as escolas que desejam se democratizar, principalmente quando se trata de uma democracia participativa, as que acreditam que não é possível separar gestão e proposta pedagógica, que acreditam que os princípios democráticos devem permear espaços, tempos, encontram uma série de dificuldades no momento de implementar e efetivar este projeto.

O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender a gestão democrática na sua forma mais ampla, apresentando escolas que são reconhecidas por terem conseguido se democratizar, quais são as instâncias que ajudam a estruturar essa prática e como elas funcionam, qual foi o caminho percorrido e quais foram as principais barreiras encontradas pelos educadores durante este processo.

Foram selecionadas cinco escolas a partir do Mapa de Inovação e Criatividade da Educação Básica criado em 2015 pelo MEC (BRASIL, 2016a) com o objetivo de incentivar experiências diferenciadas na educação em todo o Brasil. As escolas são: CIEJA Campo Limpo, EMEF Desembargador Amorim Lima, EMEF Presidente Campos Salles e Escola Politeia, localizadas na cidade de São Paulo e Colégio Viver, localizado em Cotia na grande São Paulo. Para falar sobre as escolas, foram realizadas seis entrevistas com educadores, além de um estudo de documentários, reportagens e livros sobre as experiências.

Para apresentar, do ponto de vista prático, o que estas escolas estão fazendo em termos de gestão democrática, primeiro serão definidos alguns conceitos a partir de uma contextualização legal. Depois, serão apresentados as cinco escolas e os educadores entrevistados de cada uma delas, seguidos de uma análise sobre o que estas escolas têm em comum, como organizam suas práticas de forma a garantir a gestão democrática. Serão descritos e analisados também os principais desafios, as barreiras encontradas pelos educadores e a forma como as transpassaram.

Sobre as definições e a contextualização legal, será apresentada uma análise das legislações que regem a gestão democrática nas escolas, já apresentadas brevemente nessa introdução, com o objetivo de definir o principal conceito: gestão democrática. Um dos principais objetivos do capítulo é apresentar de forma clara o que diferencia a democracia representativa, garantida por leis estaduais e municipais, e a democracia participativa, efetivada pelas escolas apresentadas.

No capítulo seguinte serão apresentadas as escolas escolhidas para o trabalho. São escolas públicas e particulares, de pequeno e grande porte, localizadas em diferentes regiões da cidade. É importante compreender o contexto em que estão inseridas e quem foram os educadores e educadoras entrevistados, para, assim, poder enxergar de forma mais completa os caminhos e barreiras enfrentadas na efetivação de sua gestão democrática.

O quarto capítulo, será estruturado a partir de características que estas escolas apresentam em comum e das instâncias que auxiliam suas estruturas democráticas. O objetivo deste capítulo é discutir as práticas democráticas na educação, mostrando que há maneiras de implementá-las, inspirando-se em experiências já existentes e respeitando as características

únicas de cada contexto.

Em seguida, o quinto capítulo tem como objetivo apresentar as principais dificuldades enfrentadas por estas escolas e como elas foram superadas. É necessário, ao falar sobre os percursos como fonte de inspiração, apresentar as barreiras para a implementação destas instâncias, dado que elas sim existem. As cinco escolas apresentadas possuem uma história de luta e resistência para conseguir manter seu modelo em um sistema que hegemonicamente não é democrático, apesar de todo o amparo legal mencionado anteriormente.

A proposta deste trabalho é analisar e compreender as práticas das escolas democráticas. Importante enfatizar que não há aqui a pretensão de que este seja um passo-a-passo para implementação das mesmas. Como o próprio estudo irá mostrar, é essencial considerar o contexto e construir uma proposta educacional junto com a comunidade escolar, garantindo um processo constante de ação-reflexão-ação.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA - CONTEXTUALIZAÇÃO

A Educação Democrática pode ser entendida de diferentes formas, de acordo com a experiência e o contexto de cada educador. Para alguns especialistas, esta é, inclusive, uma das principais características dessa proposta pedagógica. Para Denis Plapler, educador, sociólogo e cofundador da Rede Nacional de Educação Democrática, é um risco atual que a educação democrática se torne algo dogmático, a ser reproduzido. Segundo o mesmo:

(..) fundamentalmente, uma educação que se entenda realmente como democrática, não pode estar pronta, precisa ser construída pela sua comunidade. Para mim, principalmente de estudante, de professores e famílias. (PLAPLER, 2017).

No entanto é importante, para este trabalho, que este conceito, Gestão Democrática, seja definido, desde que se entenda, é claro, que ele não é único e nem estável.

A Gestão Democrática é citada em inúmeras legislações nacionais, a começar pela própria Constituição Federal de 1988. Conforme previsto no seu artigo 206, “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988). Existe hoje uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 267/2004), apresentada pelo deputado Ivan Valente, em 2004, que visa a alteração deste artigo, prevendo a gestão democrática da educação, não apenas no ensino público, mas também em instituições particulares.

Além da CF, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB) também reforça o mesmo princípio no seu artigo 3º, e vai além. No artigo 12 versa sobre a articulação com as famílias e a comunidade.

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...) VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL, 1996).

A LDB retoma o conceito de Gestão Democrática no seu artigo 14, destacando a importância de se considerar as peculiaridades de cada escola.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Este conceito aparece novamente no Plano Nacional de Educação (PNE), de 1998, que estabelece metas para a educação nacional a partir da LDB. No PNE a Gestão Democrática aparece tanto em duas das diretrizes, nos artigos 2º e 9º, quanto como uma das metas, a de

número 19.

Art. 2º: São diretrizes do PNE: VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública. (...)

Art. 9º: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (BRASIL, 1996)

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014)

Em todos estes documentos há referência à gestão democrática do ensino público, porém em nenhum deles há um detalhamento sobre o que ela seria e como ela se efetiva. Até aqui, a mais detalhada é a definição da LDB, que enfatiza a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na construção do Projeto Pedagógico e no Conselho de Escola ou equivalente. Estas leis, portanto, regem sobre uma gestão democrática participativa. Não se trata apenas de votar em seus representantes, mas de ter uma efetiva participação da comunidade nas decisões da escola, inclusive as pedagógicas, diferente da gestão democrática representativa, apresentada na introdução deste trabalho. Mas o que seria esta participação? A quem cabem as decisões feitas na escola?

O Centro de Referências em Educação Integral (CREI) retoma em um de seus artigos a definição de gestão democrática do programa Progestão, de Minas Gerais. Segundo este programa, os princípios da gestão democrática são: Descentralização, Transparência e Participação. Descentralizado, uma vez que as decisões devam ser tomadas de forma não hierarquizadas. Transparente, para que toda a comunidade escolar tenha conhecimento das decisões tomadas e possa assim exercer a sua participação. (CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2014)

A LDB apresenta, de forma clara, a participação na construção do PPP. Outro ponto importante deste mesmo artigo da LDB é a expressão "de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios" (BRASIL, 1996), que abre portas para que, como mencionado por Plapler em entrevista, as escolas construam seus Projetos Políticos Pedagógicos e sua gestão democrática a partir das peculiaridades de cada comunidade.

Por outro lado, ainda do ponto de vista legal, temos as legislações estaduais e municipais que descrevem os dispositivos obrigatórios em todas as escolas da rede de forma a garantir a gestão democrática. No estado e no município de São Paulo são três instâncias auxiliares: conselho de escola, associação de pais e mestres e grêmios estudantis. O objetivo

destas instâncias é garantir que não haja centralização de poder nas mãos do diretor ou outra figura interna à escola. Se utilizados da forma como são propostos, estes mecanismos permitem a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar de forma representativa.

Além do plano legal, a Gestão Democrática é defendida por autores e estudiosos da educação, sociologia e ciência política há mais de cem anos. Em 1857, o escritor Leon Tolstoi criou uma escola com princípios democráticos, Yasnaia Poliana, que inspirou outras práticas ao redor do mundo, sendo as mais conhecidas Summerhill, na Inglaterra, Sudbury Valley School, nos EUA (SINGER, 2010). Célestin Freinet incluiu a democracia nas escolas como uma das suas invariantes pedagógicas, que deveriam ser aplicadas independentemente do contexto: "A democracia de amanhã prepara-se pela democracia na escola. Um regime autoritário na escola não seria capaz de formar cidadãos democratas." (Sampaio, 1989, p97).

No Brasil, Anísio Teixeira, influenciado por John Dewey, Darcy Ribeiro, um dos autores da Lei de Diretrizes e Bases, e Paulo Freire defenderam de diferentes formas a necessidade de democracia na educação. Para estes autores, educação é um ato político, e deve se posicionar como tal. Durante seu mandato na Secretaria de Educação da Cidade de São Paulo, Freire enfatizou a necessidade de se democratizar a escola, de ouvir da comunidade o que esperavam dela, afirmando que "ninguém democratiza a escola sozinho, a partir do gabinete do secretário" (FREIRE, 2005, p.43).

As escolas apresentadas e analisadas neste trabalho, não necessariamente se denominam escolas democráticas, mas foram escolhidas pois possuem uma prática com princípios democráticos que não se limitam às instâncias estabelecidas por lei. Enxergam a democracia como um princípio que deve permear de forma coerente toda a prática educativa, afetando as organizações de tempos e espaços, as propostas pedagógicas e a relação entre professor e aluno. Sendo assim, a gestão democrática da educação será referida, no decorrer deste trabalho, como todos os elementos que compõe uma prática que seja participativa ou representativa nos processos de decisão das escolas e que garantam a coerência entre os princípios propostos e o dia a dia das mesmas.

3. APRESENTAÇÃO DAS ESCOLAS

- “A escola precisa ser pública, pois, nas particulares, a pressão dos pais não permite”.
- “A escola precisa ser pequena, com muitos alunos é impossível”.
- “Só é possível com crianças, pois você tem que formá-los com estes princípios. Quando adultos não tem mais jeito”.

Em que contexto é possível uma educação democrática? As frases acima são comuns em conversas sobre escolas que efetivaram as práticas democráticas, com a ideia central de que, por esta ou outra razão, em determinada escola não seria possível fazer algo semelhante. A escolha feita, neste trabalho, das cinco escolas a serem visitadas visou romper com estes paradigmas e mostrar que, mesmo em contextos diferentes, estas práticas são possíveis. Para isso, antes de descrever a prática em si, suas peculiaridades e seus desafios, serão apresentadas as escolas e os educadores entrevistados.

3.1 Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos - CIEJA Campo Limpo

Muita gente fala que eu sou louca, mas, para mim, talvez louca também seja a escola que continua fazendo as mesmas coisas sabendo que tanta coisa não está dando certo. (LUIZ, 2017)

Localizado no Capão Redondo, uma região de alta vulnerabilidade social, que chegou a ser a mais violenta de São Paulo, o CIEJA Campo Limpo traz uma proposta de abertura completa à comunidade, literalmente. Mantendo os portões da escola sempre abertos, todos são bem-vindos. Os CIEJAs, por definição, atendem a jovens acima de 15 anos e adultos, que saíram da escola antes de terminarem o Ensino Fundamental. Para a coordenadora Êda Luiz (2017), ou Dona Êda, como é conhecida por todos, não dá para dizer que foram os alunos que abandonaram a escola, pois em muitos casos foi a escola que expulsou estes alunos, direta ou indiretamente.

A casa, que possui adaptações feitas pela própria comunidade para ampliação dos espaços e garantia de acessibilidade, recebe por dia 66 turmas divididas em 11 salas utilizadas por 6 períodos ao longo do dia. Neste formato é possível atender a mais de 1200 alunos no total. A flexibilidade de horário é, segundo a própria coordenadora, uma das peças principais para se atender este público, que conta com trabalhadores de diferentes áreas, com rotinas desgastantes e que muitas vezes não teriam condições de estudar nos horários tradicionais. O primeiro turno começa às sete e meia da manhã e o último termina às dez e meia da noite.

A estrutura básica do CIEJA Campo Limpo é a mesma dos outros 15 centros da cidade de São Paulo. Este projeto foi construído de forma coletiva, liderado pela Dona Êda em 2006,

após a possibilidade de fechamento dos CIEJAs devido à troca de gestão da prefeitura. Para garantir o funcionamento, foi solicitado que se criasse um projeto, dentro das leis vigentes, que pudesse ser aplicado a todos os centros, e assim foi. Hoje o programa pedagógico baseado na teoria e prática de Paulo Freire propõe o desenvolvimento da autonomia como principal chave no processo educativo. A construção do currículo é dinâmica e sempre em conjunto com os alunos. A rotina permite uma formação continuada dos professores, toda sexta-feira, para que assuntos cotidianos sejam sempre contemplados nas aulas, trazendo a realidade de cada um para dentro da escola.

Para entender melhor o funcionamento da escola foi realizada uma entrevista com a Dona Êda e com o Professor Billy, braço direito da coordenadora, que trabalham há mais de 15 anos juntos. Êda conta que sua trajetória como educadora começou quando ela ainda era uma criança e brincava de ensinar os colegas na sala de aula montada pelo seu pai na sua casa. Quando já trabalhava com Educação de Jovens e Adultos, começou a questionar o sistema educacional, principalmente no que dizia respeito à autonomia dos alunos. Teve oportunidade de estudar com Paulo Freire, que a incentivou a seguir o que acreditava. Aos poucos, seguindo os princípios do pernambucano, transformou, junto com outros educadores, o CIEJA no que ele é hoje. (LUIZ, 2017)

Ao longo do capítulo 3 deste trabalho, em que são descritas as instâncias democráticas de cada instituição, serão destacadas diversas características que fazem o CIEJA Campo Limpo ser reconhecido nacional e internacionalmente como uma escola inovadora. Construir é uma constante nesta escola, que está o tempo todo se reinventando e traçando novos caminhos, junto com a comunidade.

3.2 Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Salles

Que a participação seja a inserção dessa pessoa dentro da sua comunidade. Que passa a ver os problemas da sua comunidade e que se sente responsável pela transformação da sua comunidade. Se não, não tem razão de ser. (NOGUEIRA, 2017)

Assim como o CIEJA Campo Limpo, a EMEF Presidente Campos Salles é uma escola municipal de grande porte, porém responsável pela educação de crianças do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental, além do público da EJA, Educação de Jovens e Adultos. Localizada na comunidade de Heliópolis, possui hoje cerca de 1.000 alunos. Sua principal característica pode ser descrita por dois dos cinco princípios da escola: 'A Escola como Centro de Liderança' e 'Tudo passa pela Educação'. Para Braz Nogueira, que foi diretor da escola por

mais de 20 anos, a história da Campos Salles mudou no dia em que o líder da comunidade, João Miranda, lhe disse que não havia mais separação entre a comunidade e a escola. (Nogueira, 2017)

A mudança na proposta pedagógica veio após os questionamentos de uma professora que dizia que mudar a relação com a comunidade não era suficiente, pois a relação entre professor e aluno na sala de aula continuava a mesma. Inspirados nos modelos da Escola da Ponte, de Portugal, outros três princípios foram acrescentados aos dois mencionados anteriormente: Autonomia, Responsabilidade e Solidariedade. Em entrevista realizada para a elaboração deste trabalho, Braz explica como estes princípios fazem com que a Campos Salles seja uma escola inovadora.

Autonomia, é a nossa capacidade de tomar decisão. A princípio eu posso tomar qualquer decisão. Só que tenho que me responsabilizar. Logo, diminui. Porque se eu não vou assumir as consequências eu não posso tomar a decisão. E terceiro, eu não posso tomar decisão que prejudique o outro. É o princípio da solidariedade. Então, são pouquíssimas decisões que eu posso realmente tomar. Mas dentro dessas pouquíssimas, há uma infinidade de decisões que eu posso tomar. Só que elas ainda não existem. Elas têm que ser criadas, tem que ser construídas. E é isso que é inovação. É tomar essas decisões que constroem uma coisa que ainda não estava posta. Que ainda não estava colocada. (NOGUEIRA, 2017)

Em 2008 as paredes das salas de aula foram quebradas e, desde então, os alunos da Campos Salles trabalham em grandes salões de estudo, onde se organizam em pequenos grupos para o desenvolvimento dos roteiros interdisciplinares elaborados pelos professores. Essa é uma escola pública, municipal, que chegou a ter 4 turnos de aulas com mais de 1500 alunos, e que hoje propõe uma experiência única para toda sua comunidade.

Braz Nogueira, hoje aposentado, conta como foi o processo, as dificuldades e as conquistas de construir com a comunidade uma escola democrática e inovadora. Sua trajetória na Campos Salles foi marcada por momentos traumáticos, como o assassinato da aluna Leonarda no caminho de volta da escola para sua casa. Foi a partir deste acontecimento que Braz, junto com outros educadores e com a liderança da comunidade, decidiu começar a Caminhada pela Paz na comunidade de Heliópolis em 1999. Ao visitar a escola hoje é possível ouvir de todos os alunos o lema da escola e da comunidade, "Heliópolis, bairro educador, construindo a paz".

3.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima

Diretora, ainda bem que você tirou a grade, porque a gente não é louco nem bandido para estar preso. (SIQUEIRA, 2014)

Esta frase, dita por uma aluna da EMEF Desembargador Amorim Lima para a

Diretora Ana Elisa, depois da decisão de tirar as grades dos corredores, exemplifica um pouco do processo de mudança ocorrido na escola. Localizada na Zona Oeste de São Paulo, no bairro Butantã, a escola possui mais de 700 alunos, do Ensino Fundamental I e II.

Em 1996, quando assumiu a direção da escola, a grande preocupação de Ana era a evasão escolar, ciente dos possíveis destinos que os alunos teriam ao saírem da escola. Tirar as grades internas foi uma das ações realizadas com o objetivo de tornar a escola agradável e que os alunos se sentissem pertencentes àquele espaço.

Segundo a própria diretora, hoje a escola não faz nada que esteja fora das leis, toda a proposta da Amorim é legalmente amparada, mas fazer valer o que está escrito nas leis não foi um processo fácil.

Como que a gente faz a educação ser a favor da lei? Eu precisava da ajuda da comunidade. E foi isso que a gente foi fazendo. A gente foi construindo uma comunidade bastante forte de pais de estudante que começaram a entrar na escola por milhões de portas que agente foi abrindo. (SIQUEIRA, 2014)

A chave para a mudança de paradigma na escola foi o envolvimento da comunidade. Uma das portas, abertas pela escola, foi a participação das mães durante o recreio das crianças. Quando as mães começaram a participar a rotina da escola perceberam que os problemas não eram poucos e que poderiam participar para contribuir com a mudança. Assim, foi fortalecido o conselho de escola, que como estabelecido por lei, era a principal instância deliberativa, e que agora passava a ter representatividade, pois os membros do conselho vivenciavam e entendiam as dificuldades da escola.

Assim como na Campos Salles, os alunos da Amorim se organizam em grupos de quatro a cinco pessoas, nos grandes salões, para a realização das atividades indicadas nos roteiros de estudos com ajuda de colegas e dos educadores presentes para mediar a aprendizagem. Ao término dos roteiros de cada ano os alunos produzem um portfólio com os objetivos de aprendizagem alcançados. Além dos roteiros os alunos da Amorim possuem oficinas de matemática, língua portuguesa, artes, ciências, laboratório de informática, capoeira, entre outras atividades promovidas durante e depois do período escolar.

“No Amorim a gente fez tudo isso para fazer uma educação com sentido. [...] Não é simples, parece que a gente vai contra tudo. Contra uma lógica vigente. Enquanto devia ser muito mais fácil.” (SIQUEIRA, 2014) Hoje, a Amorim Lima é uma escola colorida, cheia de vida, aberta à comunidade, com uma proposta pedagógica focada na autonomia do aluno e regada por princípios democráticos.

3.4 Escola Politeia

O ideal da democracia é de uma sociedade na qual todos os cidadãos possam participar equitativamente das decisões relativas ao seu destino político, na qual qualquer forma de imposição hierárquica na distribuição do poder e dos direitos esteja definitivamente abolida, e o desenvolvimento pleno dos indivíduos como seres humanos seja maximizado. Este ideal orienta uma proposta pedagógica para formar pessoas de iniciativa, responsáveis, críticas e autônomas. (POLITEIA, 2017)

Diferente das demais escolas apresentadas até agora a Politeia é uma iniciativa privada, de pequeno porte, em constante crescimento e amadurecimento. Hoje são cerca de 45 alunos do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental. Localizada no bairro de Perdizes, na Zona Oeste de São Paulo, transforma diariamente os cômodos de uma casa em um espaço de trocas e aprendizados de educadores e estudantes.

Gestão Democrática do Conhecimento e Gestão Democrática da Convivência são dois pilares da escola. Sua estrutura, rotina, momentos e escolhas estão baseados nestes pilares e nos valores: Liberdade com Responsabilidade, Diversidade e Sustentabilidade. "A educação enfatiza a participação de todos na elaboração das regras que visem organizar a vida em comunidade, a prática do respeito e do cuidado que eles têm que observar em relação a estas regras e ao bem-comum." (POLITEIA, 2017)

Alguns alunos, principalmente aqueles cujos pais procuram por esta escola desde cedo, vêm de famílias com um alinhamento com a proposta diferenciada da escola. Outros acabam mudando para lá depois de uma experiência em outras escolas, pois não se adaptam à escola tradicional. Segundo Yvan Dourado, educador da Politeia, houve um momento em que eram conhecidos como “a escola para quem não se dá bem na escola”, quando, para eles, nunca foi isso, e sim, “uma escola para quem quer escola de verdade” (Dourado, 2017). Yvan Dourado é cientista social e mestre em educação, já trabalhou como educador de Educação Infantil a EJA em diferentes projetos e hoje se dedica à Politeia e à construção da Rede Nacional de Educação Democrática.

3.5 Colégio Viver

Se a gente aprende a jogar bola jogando bola, se a gente aprende a escrever escrevendo, a gente aprende a escolher escolhendo. Se a gente não pode escolher nada até os 17 anos e depois tem que escolher o que queremos fazer para a vida inteira, é natural que a gente esteja muito afastado de nós mesmos para fazer essas escolhas com competência. (PLAPLER, 2017)

Localizado em um terreno privilegiado em Cotia, grande São Paulo, o Colégio Viver tem um espaço amplo, com destaque para as áreas verdes que propiciam, junto com as atividades

proposta pelos educadores, o desenvolvimento da autonomia e da cooperação. Esta é uma instituição particular com foco nas classes média e baixa, com mensalidades abaixo do comum, em relação às demais escolas particulares, e com alto percentual de bolsas de estudos. Dois espaços, um de cada lado da Estrada Carlos Antônio Pereira de Castro, recebem alunos desde a Educação Infantil até o Fundamental II, totalizando cerca de 150 crianças e jovens.

O Colégio Viver é reconhecido como uma instituição inovadora devido à sua proposta pedagógica e à forma como ela é posta em prática. Para Denis Plapler, que trabalhou como educador no Viver por mais de dez anos, a escola tem que dar oportunidades da criança experimentar. “Ao sabotar o direito à experiência é sabotado também o direito à autonomia”. (PLAPLER, 2017). Para escrever sobre as práticas do Viver, foram feitas duas entrevistas, a primeira com Denis Plapler e a segunda com Caio Sorio que além de educador no Viver foi também aluno da escola durante todo o ensino fundamental.

4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO DIA A DIA

Apesar de todas as diferenças encontradas entre as escolas visitadas, o que elas têm em comum são a gestão democrática transpassada no dia-a-dia da escola e uma coerência entre proposta e prática. Para a visão que se defende neste trabalho, a gestão democrática é ampla, deve ser um princípio entendido por educadores, educandos e toda a comunidade escolar. A depender dos contextos de cada escola, há diferentes formas de efetivação, mas sempre priorizando o diálogo, a escuta, a participação de todos e as decisões coletivas.

Existem características comuns a estas escolas que são marcantes e que fazem com que elas se destaquem como escolas democráticas. Este capítulo será organizado a partir de cinco eixos: os espaços de diálogo e escuta, a participação efetiva dos alunos, a mediação de conflitos, as deliberações coletivas e a autonomia na construção do conhecimento.

4.1 Espaços de diálogo e escuta

O primeiro passo para se construir uma escola com base nos princípios democráticos é garantir espaços de diálogo e escuta. Uma das práticas mais comuns para proporcionar este espaço de diálogo é a roda de conversa, que apesar de receber diferentes nomes entre as escolas, possuem sempre a proposta de fala e escuta ativa, de forma circular, oferecendo a todos o espaço de participação.

A "Roda do Dia" da Politeia ocorre todos os dias e é a primeira atividade na rotina dos alunos.¹ Neste momento, com todos educadores e educandos, são informados os recados importantes e é aberto o espaço para conversa. Na Amorim Lima a prática da roda de conversa é diária, dentro dos salões. Nestes momentos, os alunos trazem questões que surgiram no grupo, compartilham histórias e até resolvem conflitos. No Viver, o nome dado a este momento é Reunião de Sala, e tem como objetivo dialogar sobre questões pertinentes para aquele grupo. Porém, as rodas não são a única forma de promover o diálogo.

No caso do CIEJA, a escola está sempre aberta para toda a comunidade. Segundo Dona Êda, ela recebe todos os dias cerca de 10 pessoas que a procuram "tanto para poder pedir auxílio, quanto para contar. Nas alegrias, nas tristezas. No sofrimento, na dor. Tudo, tudo." (LUIZ, 2017). Para a diretora, isso só é possível pela flexibilidade nos horários. Uma escola que atende adultos, trabalhadores, com rotinas diversas, tem que se ajustar para conseguir atender e ouvir a todos. No CIEJA a secretaria, a sala dos professores, da

¹ Primeira atividade dos alunos do ciclo I e II (1º ao 6º ano), para os alunos do ciclo III (7º a 9º ano), que estudam no período da manhã, a roda do dia é a última coisa, para que seja com todos juntos.

coordenação, tudo está sempre aberto, enquanto houver atividades acontecendo na escola.

Neste sentido o CIEJA promove a escuta individual, dando a oportunidade de que cada aluno fale sobre suas angústias, seus receios com relação à aprendizagem, sua história e suas dificuldades. No Viver e na Politeia, este é o papel do Tutor. Educadores que se disponibilizam a acompanhar um aluno de perto. Não só no contexto escolar, mas em todas as questões que sejam trazidas por ele. O tutor ouve, de forma ativa, às necessidades dos alunos e, quando necessário, aconselha e direciona ações para ajudar o aluno.

4.2 Participação Efetiva dos alunos

Um segundo ponto em comum entre as escolas é a importância dada à participação efetiva dos alunos no funcionamento da escola. Ao participar da organização de um espaço ou de um evento, por exemplo, os alunos constroem o senso de pertencimento. Passam a enxergar a escola como deles e a se responsabilizar pelo espaço e pelos materiais. Na Politeia e no Viver os alunos são divididos em comissões, na Amorim Lima em Grupos de Responsabilidades.

As comissões, ou grupos de responsabilidade, normalmente são formadas por alunos com a ajuda de um educador, mas o protagonismo é dos alunos. Inclusive, é objetivo das escolas que, cada vez mais, os professores interfiram menos. Formada por alunos de todas as idades, os mais velhos costumam já conhecer o funcionamento e direcionam o trabalho dos mais novos, que aprendem ali, com seus pares. Enquanto na Amorim os grupos são fixos ao longo do ano, na Politeia os alunos fazem um rodízio e a cada dois meses estão em uma comissão diferente.

Um exemplo é a comissão da biblioteca, na Politeia, em que os alunos são responsáveis por catalogar o acervo da escola, discutir possíveis títulos interessantes, pensar em formas de conseguir estes livros e organizar os empréstimos. Yvan Dourado, educador e responsável pela comissão da biblioteca, conta que os alunos, durante a reunião da comissão, enviaram e-mail para uma editora para saber se ela poderia doar alguns livros relacionados com as pesquisas que estavam acontecendo na escola (DOURADO, 2017).

A forma de encontro desses grupos, como eles se encaixam na rotina da escola, quantos alunos participam, tudo isso varia de escola para escola, e, mais do que isso, muda a cada ano. É comum que as escolas democráticas estejam sempre ajustando sua rotina e suas atividades a partir da constante reflexão dos educadores sobre a prática. Seria inclusive incoerente se não fosse assim. A construção conjunta, com os alunos e educadores daquele

momento na escola é a essência do projeto democrático.

Para Êda Luiz, quando os alunos se sentem pertencentes, quando eles entendem que a escola é deles, e não do diretor, ou do Estado, a organização da escola muda. Os próprios alunos cuidam do espaço e dos materiais. "Quando se sente pertencente, não tem controle. Tira essa coisa do controle. Eles se tornam responsáveis e autônomos." (LUIZ, 2017)

4.3 Mediação de conflitos

Uma escola que se diga democrática, e que seja coerente com seu discurso, deve evitar todas as ações que possuam caráter autoritário, inclusive no que diz respeito a conflitos. Quando acontece algo na escola, os educadores procuram, antes de mais nada, ouvir os envolvidos e entender a situação, para, a partir daí, mediar uma resolução que deve vir dos alunos e não do educador. É comum entre essas escolas que haja uma comissão, como as apresentadas no item anterior, específica de mediação ou resolução de conflitos. É o caso da Politeia, do Viver e da Campos Salles.

Na Politeia essa comissão acaba se destacando das demais e recebe o nome de Fórum de Resolução de Conflitos, ainda que não seja objetivo do fórum sempre resolver e sim tratar os conflitos. Segundo Yvan Dourado, nem sempre um conflito precisa ser resolvido, mas é essencial que ele sempre seja tratado. Atualmente este Fórum é formado por dois educadores e três educandos que fazem a mediação a partir dos princípios da Justiça Restaurativa². Qualquer aluno pode requisitar uma conversa mediada pelo Fórum anotando no 'papel dos conflitos', que fica afixado no mural da escola. No dia das comissões, quinta-feira, os alunos responsáveis chamam os alunos que foram solicitados para a mediação e a conversa é conduzida, na maioria das vezes, pelos próprios alunos. "A gente pressupõe que convivência humana é conflituosa. A questão é como a gente lida com os conflitos." (DOURADO, 2017). No Colégio Viver o funcionamento é muito similar à Politeia, a maior parte dos conflitos é resolvida pelos próprios alunos que formam a comissão de mediação de conflitos.

Na Campos Salles, cada salão possui uma comissão mediadora que cuida da convivência do grupo e das relações entre os alunos e os professores. Estes alunos, eleitos pelos colegas do seu salão, podem convocar seus pares para uma conversa. Nesta conversa ocorre primeiro uma rodada em que a comissão contextualiza o problema, o porquê de

² "Em linhas gerais, a Justiça Restaurativa é uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um facilitador auxilia todas as partes direta e indiretamente envolvidas num conflito, a realizarem um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e oposição em relação de cooperação" (SÃO PAULO, 2012, p.14)

estarem convocando aquele aluno, que, em seguida, argumenta para se defender, e, por último, eles traçam um acordo. Toda essa mediação é realizada somente pelos alunos da comissão. Sem a intervenção dos professores ou outros adultos responsáveis. Braz conta que, algo que partiu da própria comissão foi a ideia de convocar os pais para a conversa, quando necessário. "Quando o aluno começa a debochar da comissão e a comissão percebe que não há mecanismos, que não adianta, eles têm o poder de convocar os pais. Mas isso nunca foi combinado. Isso nasceu da cabeça deles, em 2008, quando nós tiramos as paredes." (NOGUEIRA, 2017)

A roda de conversa também é um momento para falar sobre conflitos. Os alunos podem elaborar algum conflito que vivenciaram, dizer o que sentiram e chegar a propostas de como encaminhar as questões. No salão de alfabetização na Amorim Lima (alunos de segundo e terceiros ano), a roda depois do intervalo é tomada por explicações e pedidos de desculpas. Os conflitos comuns entre crianças desta idade, em qualquer escola, são insumo para uma conversa sobre respeito e diversidade, sentimentos, mágoas e outros elementos intrínsecos a convivência.

4.4 Deliberações coletivas

Em escolas democráticas que promovem a participação efetiva, nada mais natural que existam momentos de deliberações coletivas. As decisões não são centralizadas nas mãos de poucos, mas sim abertas a quem quiser participar: alunos, professores e comunidade escolar. Como isto acontece? Existem muitas maneiras de garantir a participação de todos nas decisões da escola. A depender do contexto, cada uma das escolas encontrou a sua forma. Em todas, porém, um dos momentos de deliberação coletiva é a Assembleia.

Hoje com 45 alunos, a Politeia promove assembleias a cada quinze dias e todos os educadores, alunos e funcionários são convidados a participar. A cada quinze dias também, de forma alternada com a assembleia, os alunos e educadores se dividem em grupos de trabalho para estudar algum tema de interesse e que será levado para a assembleia para aprovação de todos. Desta forma, quando algum tema é aberto no encontro ele já está estruturado e uma proposta é apresentada para votação. Segundo Yvan Dourado (2017) a escola segue os princípios da Sociocracia³, em que uma ideia deve ser boa o suficiente para ser tentada. São barradas em assembleia as propostas que prejudiquem alguém, que não estejam alinhadas com os princípios da escola ou que não sejam viáveis de serem implementadas. Assuntos de todos

³ "Forma teórica de governo em que o poder é exercido pelo conjunto da sociedade" (AULETE, 2018)

os tipos podem surgir na assembleia, mas nem sempre serão decididos ali, pode-se entender que é necessário levar para o Conselho de Escola, quando for algo que demande o envolvimento dos pais. Este foi o caso da decisão sobre a restrição de alguns alimentos nos lanches. Os alunos levantaram a pauta na assembleia, porém só foi deliberado no Conselho de Escola, com a presença dos pais, alunos e educadores.

No Colégio Viver, o funcionamento das assembleias é similar à Politeia. Com um total de 150 alunos, a escola recebe os alunos do Ensino Fundamental I no período da tarde, e os alunos do Ensino Fundamental II no período da manhã. As assembleias com os alunos mais novos, no período da manhã, acontecem sob demanda, não tem frequência definida. Já com os alunos de sexto a nono ano, no período da tarde, acontecem, normalmente, a cada quinze dias, alternando com as reuniões de comissão de alunos. Segundo Caio Sorio, ex-aluno e hoje educador no Viver, esta rotina é flexível e há casos em que acontece assembleia duas semanas seguidas, se houver algum assunto que ficou pendente. Em outros momentos, como é caso das épocas de festas em que a comissão de eventos tem muito trabalho, podem ficar duas semanas sem ter assembleia. A flexibilidade da rotina permite adaptar a necessidade dos alunos e dos educadores.

Nestas escolas, que são de pequeno porte, o número de alunos permite que as assembleias sejam feitas com todos. Quando a escola é maior, como é o caso da Campos Salles e do CIEJA Campo Limpo, as assembleias são organizadas de uma forma diferente.

Na Campos Salles, as assembleias acontecem nos salões e podem ter caráter deliberativo ou consultivo. Quando o assunto levantado diz respeito somente ao salão, sem impactar os demais membros da comunidade escolar, eles têm o poder de decisão. Quando é um assunto pertinente a toda a escola, as assembleias funcionam de forma consultiva, e a posição de cada salão é levada em consideração pelos vereadores no momento da decisão. Os vereadores são membros da “República de Alunos”, um projeto que incentiva os alunos a se candidatarem e se elegerem como representantes dos seus salões. A República viabiliza a participação dos alunos, de forma descentralizada, nas tomadas de decisão.

Para possibilitar a presença de todos, as Assembleias do CIEJA Campo Limpo acontecem em turnos. Com seis períodos de aula por dia, alguns alunos chegam cedo e vão embora antes do almoço, outros só chegam na escola às sete da noite. Dona Êda conta que costuma acompanhar todos os turnos. Quando não é ela, é algum outro educador. As assembleias costumam durar a semana inteira e passam por algumas etapas: primeiro por turnos, depois por período, e por último a decisão coletiva. As decisões de cada período e turno são sempre registradas em cartazes fixados de forma visível a todos. Sendo assim, no

momento de decisão, todas as vozes são levadas em consideração.

Uma dúvida comum de quem ouve sobre assembleia de alunos é o receio de que os alunos possam decidir tudo e que “o caos seja instaurado na escola”. Os educadores dessas cinco escolas deixam claro que não é bem assim. Braz relata que a Campos Salles sempre segue seus princípios: autonomia, responsabilidade e solidariedade. A autonomia, a capacidade e o direito de tomar decisões, vem sempre acompanhado da responsabilidade e da solidariedade. Só pode tomar uma decisão aquele que for capaz de se responsabilizar por ela e sempre que ela não for prejudicial ao outro. Ou seja, os alunos não podem decidir sobre qualquer coisa, e sim sobre aquilo que eles podem se responsabilizar, sempre pensando no coletivo. Na Politeia, o princípio "Liberdade com Responsabilidade" segue a mesma ideia. As crianças só podem legislar sobre algo que elas podem se responsabilizar. Em outros casos, cabe aos educadores e pais tomar a decisão.

Neste sentido, para viabilizar também a participação dos pais e da comunidade, a mais conhecida das instâncias democráticas também está presente: o conselho de escola. O conselho de escola visa agregar representantes de todos os segmentos da comunidade escolar e dar a eles voz e voto. Garantido por lei municipal e estadual, em São Paulo, o conselho pressupõe a participação de alunos, pais, funcionários, professores e diretor da escola. Para Braz Nogueira, a ideia do conselho é excelente, porém nem sempre é bem implementada. Em muitos casos há duas ou três pessoas da escola que definem dentro do conselho e não promovem a participação efetiva. No Campos Salles, assim como nas demais escolas apresentadas neste trabalho, é diferente.

No Campo Salles, o Conselho de Escola não se reduz àqueles membros que foram eleitos. Conselho de escola é muito mais amplo. Tem uma porção de lideranças comunitárias, envolvidas com a questão do projeto da escola, sabe da importância desse projeto, inclusive para luta deles, pela efetivação dos direitos. (NOGUEIRA, 2017)

Na Amorim Lima, o processo de fortalecimento do conselho de escola está totalmente atrelado ao processo de abertura da escola para os pais e a comunidade. Sendo o conselho o órgão de poder deliberativo estabelecido por leis municipais, nada mais justo que este órgão esteja representado por pessoas que realmente conhecem e vivenciam as dificuldades da escola e que seja um espaço de trabalho, de discussão e reflexão sobre a escola e não somente uma instância burocrática de deliberações. Além do conselho, mensalmente são realizadas assembleias de pais, organizada e conduzida exclusivamente por pais de alunos, sem o envolvimento dos educadores, a menos que sejam convidados. Nesse momento, que tem caráter consultivo e não deliberativo, os pais discutem, levantam pautas e se organizam para

assuntos que sejam de seu interesse. (SIQUEIRA, 2017)

A gente tem que fazer este lugar de trabalho e de poder, fazer valer que seja um lugar onde as pessoas que fazem parte desta escola pensem esta escola, discutam a qualidade dessa escola, e discutam que PPP é importante para aquelas pessoas que estão ali. (SIQUEIRA, 2014)

4.5 Autonomia na construção do conhecimento

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formado, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para sua produção ou sua construção. (FREIRE, 2011, p. 24)

Uma questão importante para as escolas democráticas e que ainda não foi mencionada neste trabalho é a democratização do conhecimento. A capacidade e a oportunidade dada ao aluno de escolher conteúdos e assuntos que queira estudar, a forma de fazê-lo e o tempo que precisa se dedicar para isso. O sistema tradicional de ensino, via de regra, funciona de forma padronizada para todos os alunos. Seguindo um livro didático ou a sequência ditada pelo professor, os alunos possuem um tempo determinado de aula expositiva ou de discussões e um tempo determinado para realizar suas tarefas. Além disso, as atividades estão, quase sempre, segmentadas por disciplinas bem demarcadas.

As escolas democráticas acreditam que há formas de democratizar este conhecimento, tornando-o um processo mais individualizado, a partir das necessidades e interesses de cada aluno. Para Yvan Dourado, democratizar o conhecimento é inverter a ordem em que o professor é aquele que sabe, e que define o que deve ser estudado, como e quando. Novamente, as formas de operacionalização deste princípio são muito variadas e cada escola, a partir do seu contexto, foi construindo uma forma de trabalho que se adequasse a esse princípio.

As EMEFs optaram por roteiros de pesquisa, que cobrem todo o conteúdo programado para cada ano letivo das escolas municipais, organizados a partir de um conjunto de objetivos relacionados às atividades que devem ser realizadas pelos alunos. Todo começo de ano, os alunos recebem os roteiros e definem, junto ao seu tutor, a ordem que vão executá-los. Desta forma os alunos têm maior autonomia sobre quanto tempo vão gastar em cada assunto. Os roteiros não estão divididos por disciplina e sim por temas e objetivos. Ao estudar sobre a água, por exemplo, o aluno terá objetivos de português, matemática e geografia. Sempre de forma interdisciplinar, correlacionando o conhecimento.

Um aluno que possui mais dificuldade em humanas e é muito bom nas atividades de

exatas, pode gastar pouco tempo com exatas e mais tempo com as atividades de humanas, e, assim, ajustar aquele conteúdo à sua necessidade. Além disso, se ao final de um ano letivo um aluno do oitavo ano ainda não concluiu um roteiro, ele dá continuidade ao trabalho no ano seguinte. Uma proposta diferente do tradicional, onde o conteúdo não aprendido em um ano não é carregado para o ano seguinte. Na página oficial da Amorim Lima, a explicação sobre os roteiros é clara e disponível para toda a comunidade:

O aluno lê o objetivo, desenvolve as atividades pesquisando nas fontes recomendadas e responde em um caderno. Cumprido um objetivo passa para o próximo, até finalizar o roteiro. As respostas dos objetivos são avaliadas pelos professores do Salão e também pelos tutores. Ao finalizar o roteiro, o aluno escreve um portfólio – redação em que sintetiza tudo que aprendeu com objetivos e entrega para o tutor. (EMEF “DESEMBARGADOR AMORIM LIMA”, 2017)

Para realizar os roteiros os alunos se organizam em pequenos grupos, nos salões, e se utilizam de diferentes fontes como os livros didáticos e paradidáticos, internet e filmes. Nestes salões, circulam educadores que os auxiliam, mediando a aprendizagem, sempre que solicitado por um aluno. As ajudas também vêm de outros alunos que, estando na mesma mesa, compartilham o que já estudaram e as dificuldades apresentadas.

A rotina pedagógica do CIEJA Campo Limpo se difere das demais pela exigência de uma maior flexibilidade para conseguir atender seu público alvo. O calendário se organiza por módulos que duram um mês. Cada módulo corresponde a uma das 4 áreas do conhecimento: ciências humanas, linguagens e códigos, ciência do pensamento e matemática e informática. Ao término de cada módulo, o aluno inicia o seguinte. Se um aluno tem uma maior disponibilidade de horário pode realizar dois módulos em paralelo, em horários diferentes.

Os módulos, por sua vez, não são aulas expositivas e sim projetos investigativos, interligados por um tema que foi escolhido pelos alunos no início do ano. Ao iniciar o módulo, o professor elabora uma situação problema e os alunos levantam hipóteses de como resolver. Em pequenos grupos, elaboram suas hipóteses, discutem e, no final, apresentam. De forma coletiva escolhem uma das hipóteses para comprovar e neste momento entra a mediação do professor.

Com o objetivo de desenvolver ainda mais a autonomia do aluno, na pesquisa e construção do seu próprio conhecimento, depois de trabalharem durante a semana determinado tema, os alunos recebem, na quinta-feira, uma atividade de pesquisa que deve ser realizada por eles na sexta e apresentada na segunda, proporcionando que os alunos estejam aptos a pesquisar sempre que desejarem saber algo novo. Nas palavras de Paulo Freire (2011, p.26), "quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender, tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando "curiosidade epistemológica", sem a qual não alcançamos

o conhecimento cabal do objeto."

A Escola Politeia, assim como o Colégio Viver, conta com projetos de pesquisa pessoal. Desde cedo, os alunos começam a desenvolver a capacidade de elaborar um projeto, definir uma pergunta norteadora, traçar um plano de pesquisa e pesquisar sobre este assunto. Através do projeto pessoal as crianças e jovens podem se aprofundar em temas que sejam do próprio interesse. A escolha do tema, a forma de realizar a pesquisa e ainda a forma de apresentar seu resultado no final são muito variadas. No momento da escolha há alunos com mais facilidade, que já sabem o que desejam logo no começo do processo, e outros que precisam da ajuda e mediação do orientador.

Yvan Dourado, educador da Politeia, e Caio Sorio, educador do Viver, concordam que este processo de escolha é importante para o aprendizado dos alunos e que muitas vezes o orientador deve permitir que eles tentem, mesmo que, inicialmente, sintam que este não é o caminho. Caio Sorio relata que, todo início de ano, um grupo grande de alunos quer fazer o projeto pessoal sobre videogame e, depois de começarem o projeto, percebem que gostam de jogar videogame, mas que não tem interesse em estudar o assunto. Neste caso, cabe ao orientador fazer perguntas, no momento de estruturar o trabalho, que ajudem o aluno a perceber se esse tema é realmente interessante para seu projeto. Perguntas como "Qual tema do videogame te interessa? O estudo será sobre o que?", "Qual é a pergunta que você deseja responder com o seu projeto de pesquisa?", "Como será feita a pesquisa?" devem ser levantadas nesta etapa.

Além dos projetos individuais, a rotina da Politeia conta também com grupos de estudos, outra ferramenta de construção do conhecimento de forma autônoma e democrática. Os grupos de estudos são formados por alunos e educadores com o interesse de estudar determinado assunto. As propostas são as mais variadas e podem ser feitas tanto por alunos quanto por educadores. Yvan Dourado tem clareza que é papel do educador ampliar o repertório e trazer propostas diferentes para os grupos de estudo, não sendo os temas necessariamente propostos pelos alunos. Um exemplo é o grupo de estudos sobre a história da África, proposto por ele, após perceber que esta parte da história lhe foi negada na escola, grupo que teve alta adesão de alunos. Este grupo de estudos se repetiu e rendeu alguns projetos pessoais.

Uma preocupação e questionamento constantes de pais e educadores que começam a estudar as escolas democráticas é "deixar que os alunos decidam tudo? E as matérias básicas essenciais que não serão escolhidas pelos alunos?" Este ponto rende muitas discussões entre as escolas democráticas e não há uma definição clara de como se resolver. Para começar, os

educadores se perguntam quais seriam esses conhecimentos básicos e as respostas são as mais diversas. De toda forma, em todas as cinco escolas estudadas não são todas as decisões que estão nas mãos dos alunos. Assim como apresentado no capítulo sobre as deliberações coletivas, é importante ressaltar que o princípio de liberdade com responsabilidade permeia todas estas escolas. Sendo assim, são definidos sim, pelos adultos, uma série de conteúdos que são essenciais de serem trabalhados durante o período escolar das crianças.

Oficinas, ateliês, laboratório ou aulas. Os nomes são múltiplos e não são o mais importante para este estudo. Independente de como seja nomeado, as escolas possuem momentos dedicados ao desenvolvimento de conteúdos essenciais para o aprendizado dos alunos. Porém, diferentemente das escolas ditas tradicionais, os conteúdos não são escolhidos apenas pelos professores, os alunos participam ativamente desse processo e não há uma supervalorização de determinadas disciplinas como português e matemática em detrimento de artes e corpo, por exemplo.

Na Escola Amorim Lima há oficinas de matemática, leitura e escrita, inglês, artes, laboratório, informática, cultura corporal, capoeira, entre outros. Na Politeia os ateliês são divididos em cinco áreas e todas elas possuem a mesma quantidade de horas por semana: português, matemática, ciências (que engloba humanas e naturais), artes e corpo. "A gente acha que isso é fundamental, que toda criança que estiver na Politeia e o tempo que ela passar aqui, ela vai ter garantido o espaço para trabalhar estas 5 áreas. (...) não quer dizer que a gente está usando livro didático, nem segmentando," (DOURADO, 2017)

A construção autônoma do conhecimento significa, principalmente, dar espaço para que o aluno possa explorar, pesquisar, apreender a partir da experiência e do seu próprio interesse. Os alunos devem ser protagonistas do seu processo de aprendizagem, o que não significa negar o papel do educador, que precisa enxergar o potencial de cada um e proporcionar todo o necessário para que este processo se efetue.

Escuta e diálogo, mediação de conflitos, pertencimento, deliberações coletivas e construção autônoma do conhecimento. Estas cinco características estão permeadas por uma sexta, condição necessária para que se democratize a escola: a educação não pode acontecer entre quatro paredes, é necessária atuação com e na comunidade. Não pode haver separação entre o que está dentro e fora das paredes da escola. "Tudo passa pela educação", um dos princípios da Campos Salles, ou seja, educação não acontece somente na escola e esta não deve assumir este papel. Escola, família, parque, assistência social, posto de saúde, centros comunitários, todos devem atuar juntos em prol da educação das crianças e jovens da sua região. Para as escolas democráticas, cabe a elas o papel de ser articulador, centro de

referência entre estes polos.

Para Dona Êda, "toda escola deveria ter claro, na sua comunidade, o que ela defende, seus valores, seus princípios. E conhecer verdadeiramente a comunidade onde ela está inserida. (...) A gente, normalmente, vem de outros espaços de outras experiências, de outros locais, que não é aquele que a escola está inserida" (LUIZ, 2017).

5. PRINCIPAIS BARREIRAS

O objetivo principal deste trabalho, de analisar as formas de efetivação da gestão democrática nas escolas, não estaria completo se fosse dele omitido as principais dificuldades, as barreiras encontradas pelos educadores e pelas escolas durante todo o processo de construção democrática e autônoma de seus projetos pedagógicos. As barreiras não são poucas e começam pela falta de conhecimento sistematizado sobre o assunto e pela formação dos docentes, passam pela falta de diálogo com a comunidade e pais, pelas expectativas dos alunos com relação à escola e claro pela burocracia do sistema de educação formal, seja ele público ou privado.

A começar pela formação do corpo docente, a dificuldade levantada durante as entrevistas e trazida de diferentes formas pelos educadores é o “medo da perda de poder”. Trabalhar de forma democrática significa ouvir o outro, decidir em conjunto e muitas vezes abrir mão do que é visto pelo educador como o "certo". Para que isso seja possível, é preciso transformar o educador que, influenciado pela sua própria formação básica e pelo que conhece como papel do educador, muitas vezes ainda acredita ser a fonte do saber. Para Dona Êda esta é a principal barreira, o medo e a insegurança. "Eles não veem que a autoridade não está no mandar e sim no fazer acontecer. Você também tem que ter esse olhar para não perder de vista que está todo mundo participando."(LUIZ, 2017). Decisões coletivas implicam em alguém abrindo mão de algo. É raro que as decisões sejam consensuais e este é o primeiro desafio. Os educadores dessas escolas, salvo algumas exceções, como é o caso de Caio Sorio, que foi aluno do Viver e hoje é educador na mesma escola, tiveram uma formação em escolas tradicionais, com decisões hierárquicas e pouco diálogo. É necessário desconstruir e reconstruir a forma de pensar a educação e essa reconstrução é um processo longo e, muitas vezes, doloroso.

Às vezes eu vejo que eles [os professores] se sentem muito agredidos, quando pensam nessa outra possibilidade de educação escolar. Ameaçados. (...) é a profissão deles. Sustento deles. Muitas vezes eles se sentem desvalorizados, muitas vezes de forma equivocada. (PLAPLER, 2017)

É preciso que a escola, independente da escolha pedagógica, mas neste caso focando nas escolas democráticas, tenha consciência da importância do educador. Ser valorizado, ter tempo dedicado à formação individual e no coletivo, possibilita um novo entendimento do processo educacional e a abertura para a reconstrução, para a transformação.

A diretora da Amorim Lima, Ana Elisa Siqueira, ressalta também a importância dos funcionários da escola neste processo de reconstrução e de apropriação dos valores e

princípios da escola. “Eles atendem os estudantes. Se para eles esta questão de ouvir, de tentar entender, de fazer mediação, quando necessário, se isso não for importante pros funcionários que atendem imediatamente as crianças em muitos dos casos, vai tudo por água a baixo.” (SIQUEIRA, 2017)

Ao reconstruir, uma nova barreira aparece. Reconstruir como? Retomando um dos principais pilares da educação democrática, que ela seja construída junto com sua comunidade, é importante entender que não há moldes que possam ser replicado ou um manual de instruções a ser seguido. A educação democrática exige reflexão constante, questionamentos, debates e criatividade. Retomando a fala do Braz Nogueira (2017), “inovar é criar nossas possibilidades de tomar decisões e não replicar formas já conhecidas”.

Trabalhar com o novo implica em constante mudança e entender a educação como o processo contínuo de busca pela coerência entre teoria e prática em cada contexto. Yvan Dourado, ao relatar as dificuldades enfrentadas até hoje pela Politeia, explica que ainda hoje os educadores não sabem ao certo a melhor maneira de conduzir uma assembleia, pois não existe um método único, não há expectativa de que um dia este processo se torne estável e sem mudanças.

A teoria, na maioria das vezes, é muito bonita, [mas] ela não se encaixa mecanicamente na prática. Então, a Politeia tem um esforço de reflexão que é muito difícil de ser feito, porque a gente não quer replicar modelos, nem criar um método, a gente está em constante mudança. (...) Tem muita coisa que a gente sabe na teoria e quando a gente vai aplicar aqui na Politeia não dá certo. E coisas que a gente acha que na teoria não são tão legais e que aqui na Politeia dá certo. Esta questão da *Praxis*, de como misturar teoria, prática e experiências anteriores, é difícil. Ainda mais fazendo isso coletivamente, sem ter a figura de um dono, de uma diretora, de alguém que decide e diz ‘é assim que nós vamos fazer’. (DOURADO, 2017)

Trabalhar democraticamente, com a proposta de estar sempre criando algo novo, repensando a prática, não é simples. Além disso, não basta criar, repensar e propor uma nova forma, é necessário também defender sua proposta e garantir que ela se adeque ao sistema formal de ensino e aqui encontra-se uma nova barreira: a burocracia formal, as demandas das secretarias de educação, através dos seus supervisores de ensino.

Apesar de amplamente amparado por legislações nacionais e locais, é necessário que haja uma interpretação global destas leis por parte de quem supervisiona e, em tempos de escola sem partido⁴, e de um entendimento raso, por parte de algumas pessoas responsáveis pelo sistema educacional, as questões burocráticas podem ser uma complicação ainda maior. Todas as cinco escolas estudadas tiveram suas dificuldades em algum ponto da

⁴ Projeto de lei do Senado nº 193, de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido" (BRASIL, 2016b)

implementação de sua proposta no âmbito formal do sistema, e os problemas são contornados de maneira criativa e propositiva, com reflexão e conversa. Dona Êda explica que foi sabendo interpretar as leis que conseguiu construir e manter até hoje o projeto dos CIEJAs. "Como é que nós conseguimos tudo isso. Porque uma lei ela não é para ser cumprida, ela é para ser interpretada." (LUIZ,2017)

Há ainda uma outra barreira: a falta de diálogo com os pais e a comunidade escolar, que, muitas vezes, ao estarem distantes da verdadeira realidade da escola, por não conhecerem formas diferentes, novas possibilidades, e por estarem habituados ao sistema tradicional de ensino, ficam inseguros com a proposta. "‘E o que vai ser do meu filho?’. Todo mundo me pergunta as mesmas perguntas, todo lugar que eu vou. ‘Mas como é com essas crianças depois. O que acontece com elas?’" (PLAPLER, 2017). Segundo Braz Nogueira, é também por isso que um projeto inovador precisa começar pela comunidade, quando possível construindo junto, mas sempre com alinhamento e aprovação dos principais interessados neste processo. No caso de Heliópolis, os princípios da escola ultrapassaram suas paredes transformando o bairro em "bairro educador."

Por último, a barreira das expectativas dos alunos com relação à escola, que também precisam, assim como os educadores, desconstruir o que entendem como escola, aula, disciplinas e provas. Para alguns alunos é mais fácil a adaptação, principalmente aqueles que começam desde cedo nestas escolas. Para outros, há o choque inicial. Algumas vezes, eles se perguntam se estão realmente aprendendo alguma coisa e como seriam avaliados. Porém, ao que aponta o discurso dos educadores entrevistados, esta é a menor das dificuldades, uma vez que eles passam por este processo de reconstrução de forma mais leve e enxergam com naturalidade este "novo formato de escola".

6. CONCLUSÃO

As entrevistas realizadas durante a elaboração do presente trabalho, os materiais institucionais analisados e as visitas feitas às escolas possibilitaram compreender o funcionamento da gestão democrática das cinco escolas indicadas, como uma fotografia do que são hoje, junto com um histórico de como chegaram aqui. Ficou evidente, durante a elaboração deste material, que não se trata de um funcionamento fixo que se manterá como tal nos próximos anos, principalmente no que diz respeito ao funcionamento dos dispositivos democráticos, que são dinâmicos e em constante reconstrução, mas que há princípios que permeiam estes funcionamentos em busca da coerência com os princípios de uma sociedade que se deseja formar.

"Vou falar sobre como funciona hoje, mas ano passado não era assim e provavelmente no ano que vem será diferente" (DOURADO, 2017). Repensar a prática e recriar processos é o que há de mais forte entre estas escolas. Logo, não faria sentido tentar extrair dessas experiências um manual prático de como implementar dispositivos como assembleias, tutorias ou grupos de estudo. A forma como será efetivada cada proposta pedagógica deve ser única e construída com sua comunidade, com os envolvidos no processo. Para isso, é necessário muito trabalho e uma reflexão constante sobre o ato de educar: questionar, dialogar, repensar, conjecturar e testar. Nas palavras de Paulo Freire, "A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve um movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer" (FREIRE, 2011, p.39)

Os eixos apresentados no capítulo 4 passam por todos estes princípios, que envolvem, principalmente, a escuta, a participação, o direito a voto nas decisões e o envolvimento da comunidade durante toda esta construção do PPP da escola. Outra característica que merece destaque, sobre as escolas visitadas e a visão dos educadores entrevistados, é a clareza de seu papel político e de formação crítica do cidadão. A decisão sobre a implementação de propostas como as apresentadas é uma decisão política. É uma escolha ir contra a lógica existente que visa manter a estrutura da sociedade atual. A escola que assume seu papel de transformar e não de reproduzir a sociedade pode vir a ser um grande empecilho para a manutenção do sistema dominante como é hoje. Ao questionar o papel da escola, Braz Nogueira expõe:

A função da escola é outra. A função da escola é produzir o que está posto. É evitar que o povo se torne sujeito da sua própria história. Para que os poderosos e ricos, continuem poderosos e ricos. Essa é função da escola que está aí, e que é velada. (NOGUEIRA, 2017).

Importante lembrar que nada disso é novo ou está sendo inventado agora. O movimento pela educação democrática já existe há algum tempo. Em 2013 foi elaborado, de forma colaborativa por membros da rede Românticos Conspiradores⁵ e outros educadores, o Manifesto pela Educação, com o título, "Mudar a escola, melhorar a educação: transformar um país". Na sua carta de princípios, o item 5 diz:

Educar-se na Democracia: a educação que prepara para a democracia deve se dar através de práticas não-autoritárias, que permeiam a ampla participação dos educandos, dos educadores, das famílias e da comunidade. Só é possível uma educação para a ação cidadã se a educação for pela e na ação cidadã. (MANIFESTO PELA EDUCAÇÃO, 2013)

O objetivo deste estudo não foi em nenhum momento encontrar a solução ou o caminho correto a ser seguido para a efetivação de uma educação democrática. O presente trabalho tem a intenção de, a partir da compreensão das práticas existentes, servir como uma inspiração, um primeiro contato e um elemento instigador para que educadores e escolas procurem a sua própria construção. Não existe uma fórmula pronta e mágica. Mas, definitivamente, existem valores que são fundamentais para o desenvolvimento de práticas democráticas na educação.

⁵ “O ‘Românticos Conspiradores’ constitui-se de uma rede colaborativa formada por pessoas que militam pela transformação da Educação Pública” (ROMANTICOS CONSPIRADORES, 2017)

7. REFERÊNCIAS

AULETE, Caldas. **Dicionário Aulete Digital**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em 05 Jan. 2018.

BRASIL (Constituição). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, de 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda Constitucional PEC 267/2004**. Dá nova redação ao Inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=250992>> Acesso em: 02 jul. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Inovação e Criatividade na Educação Básica: Mapa**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php> Acesso em: 31 mai. 2017

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 193, de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF, 2016b. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>> Acesso em: 02 jul. 2017

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Gestão Democrática**. 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/glossario/gestao-democratica>>. Acesso em: 31 mai. 2017

DOURADO, Yvan. **Entrevista**. Entrevistado por Raquel Coelho. São Paulo, 2017. Gravação Digital. 2h16min

EMEF DESEMBARGADOR AMORIM LIMA. **Conheça os roteiros da Amorim**. Disponível em: <<https://amorimlima.org.br/2013/05/veja-todos-os-roteiros-do-amorim/>> Acesso em: 02 jul. 2017

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LUIZ, Eda. **Entrevista**. Entrevistada por Raquel Coelho. São Paulo, 2017. Gravação Digital. 2h43min.

MANIFESTO PELA EDUCAÇÃO. **III Manifesto pela Educação: Mudar a escola, melhorar a educação: transformar um país**. 2013. Disponível em:

<<http://manifestopelaeducacao.blogspot.com.br/2013/10/mudar-escola-melhorar-educacao.html>> Acesso em: 02 jul. 2017

NOGUEIRA, BRAZ. **Entrevista**. Entrevistada por Raquel Coelho. São Paulo, 2017. Gravação Digital. 1h32min.

PLAPLER, Denis. **Entrevista**. Entrevistado por Raquel Coelho. São Paulo, 2017. Gravação Digital. 37min.

POLITEIA. **Sobre Nós**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://escolapoliteia.com.br/quem-somos-2/>> Acesso em: 02 jul. 2017

ROMANTICOS CONSPIRADORES. **Sobre Nós**. Página [do facebook]. 2017. Disponível em < https://www.facebook.com/pg/romanticosconspiradores/about/?ref=page_internal> Acesso em: 02 jul. 2017

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. **Freinet: Evolução Histórica e Atualidades**. São Paulo: Scipione, 1989.

SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista

SÃO PAULO (Estado). Ministério Público. **Curso de Introdução à Justiça Restaurativa para professores mediadores escolares e comunitários**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/spec/wp-content/uploads/2013/02/Manual-Pr%C3%A1tico-de-Justi%C3%A7a-Restaurativa-Minist%C3%A9rio-P%C3%BAblico.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2017

SINGER, Helena. **República de Crianças**: sobre experiências escolares de resistência. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SIQUEIRA, Ana Elisa. Projeto pedagógico da Escola Amorim Lima: Ana Elisa Siqueira. **TEDx Vale do Anhangabau**. 9 jun. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=tJo1UjMJAW0>> . Acesso em: 03 jul. 2017

SIQUEIRA, Ana Elisa. **Entrevista**. Entrevistado por Raquel Coelho. São Paulo, 2017. Gravação Digital. 50min.

SORIO, Caio. **Entrevista**. Entrevistado por Raquel Coelho. São Paulo, 2017. Gravação Digital. 49min.